REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS, POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE PREVENÇÃO DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA

DEMOCRATIZATION OF ACCESS AND PERSISTENCE IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: SOCIOECONOMIC INEQUALITIES, STUDENT ASSISTANCE POLICIES AND INSTITUTIONAL STRATEGIES TO PREVENT UNIVERSITY DROPOUT

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística & Letras e Artes

• 11/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794302497

Gabriel Antonio Ogaya Joerke[1]

RESUMO

A democratização da educação superior brasileira requer a articulação entre ingresso, permanência, aprendizagem e conclusão dos cursos. Este artigo analisa criticamente como desigualdades socioeconômicas, políticas de assistência estudantil e práticas institucionais influenciam as trajetórias universitárias e a prevenção da evasão. Adota-se revisão sistematizada qualitativa com síntese narrativa, fundamentada em legislação brasileira, documentos do Inep e da Andifes e literatura acadêmica sobre democratização e persistência discente. Examinam-se a atualização da política de cotas, a Política Nacional de Assistência Estudantil, os custos cotidianos da formação, as responsabilidades de trabalho e cuidado, o pertencimento, a acessibilidade, a qualidade pedagógica e a gestão dos indicadores de fluxo. A análise evidencia que evasão, transferência, trancamento e retenção possuem significados distintos e que medidas financeiras isoladas não substituem apoio acadêmico e reorganização institucional. Propõe-se matriz analítica de permanência que articula condições materiais, integração pedagógica, pertencimento, previsibilidade dos percursos e governança orientada a evidências. Conclui-se que ampliar vagas é condição necessária, mas insuficiente, para assegurar oportunidades substantivas de conclusão, sendo indispensável avaliar a implementação e os resultados das políticas em diferentes territórios e modalidades.

Palavras-chave: Educação superior; Permanência estudantil; Desigualdades socioeconômicas; Assistência estudantil; Evasão universitária.

ABSTRACT

Democratizing Brazilian higher education requires connecting admission, persistence, learning, and degree completion. This article

critically examines how socioeconomic inequalities, student assistance policies, and institutional practices affect university trajectories and dropout prevention. A qualitative systematized literature review with narrative synthesis draws on Brazilian legislation, official data from Inep and Andifes, and scholarship on widening participation and student persistence. The analysis addresses affirmative action, the National Student Assistance Policy, everyday study costs, employment and care responsibilities, belonging, accessibility, teaching quality, and the interpretation of student-flow indicators. It argues that withdrawal, transfer, temporary interruption, and delayed progression have different meanings and that financial aid alone cannot replace academic support or organizational change. A conceptual persistence matrix is proposed, connecting material conditions, pedagogical integration, belonging, predictable study pathways, and evidence-informed governance. Expanding places is necessary but insufficient to guarantee substantive opportunities for graduation; the implementation and outcomes of policies must be assessed across distinct institutions, territories, and learning modalities. No original fieldwork or causal impact estimates are claimed.
Keywords: Higher education; Student persistence; Socioeconomic inequalities; Student assistance; University dropout.

1. INTRODUÇÃO

O debate brasileiro sobre democratização universitária atravessou transformações expressivas desde a expansão de instituições e vagas até a consolidação de instrumentos de ação afirmativa. Essa história, entretanto, não admite confundir a obtenção de uma vaga com o usufruto pleno do direito à educação superior. O estudante pode superar as barreiras seletivas, matricular-se e, mesmo assim,

enfrentar condições materiais, pedagógicas e institucionais que restringem sua participação efetiva. Custos de deslocamento, alimentação e moradia, exigências de trabalho remunerado, ausência de redes acadêmicas e dificuldades de acompanhar disciplinas introdutórias interagem de maneira cumulativa. Por isso, a democratização constitui processo que abrange acesso, permanência, aprendizagem, pertencimento e diplomação. O ingresso é sua condição inaugural, mas a experiência concreta e a possibilidade de concluir o curso definem parte fundamental de seu alcance social. Essa perspectiva permite questionar análises que celebram exclusivamente números de matrículas e silenciam sobre os percursos interrompidos ou excessivamente prolongados.

As mudanças institucionais que diversificaram a composição discente também tornaram mais visíveis desigualdades antigas. A universidade, historicamente organizada em torno de um estudante idealizado, com disponibilidade integral de tempo, suporte familiar e domínio prévio de códigos acadêmicos, passou a receber públicos com trajetórias muito diferentes. Muitos alunos trabalham, cuidam de familiares, residem longe dos campi ou são os primeiros de suas famílias a frequentar o ensino superior. Outros enfrentam barreiras de acessibilidade, discriminação ou adaptações insuficientes para suas necessidades. A democratização, portanto, não demanda apenas alterar o perfil dos ingressantes; exige revisar práticas de ensino, horários, serviços, formas de acolhimento e critérios pelos quais as instituições interpretam dificuldades acadêmicas. Paula (2017) argumenta que políticas de expansão do acesso e assistência precisam ser analisadas junto das condições de permanência, porque ingresso e exclusão podem coexistir em uma mesma trajetória educacional.

O Censo da Educação Superior 2024 registrou 10.226.873 matrículas de graduação, segundo divulgação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025). Esse volume revela a dimensão do sistema, mas não mede isoladamente sua democratização: matrículas são registros de vínculo, não retratos completos de aprendizagem, qualidade dos cursos ou conclusão no tempo previsto. A heterogeneidade entre modalidades, instituições públicas e privadas e diferentes regiões torna imprudente deduzir das séries agregadas um efeito uniforme das políticas. O próprio acompanhamento de fluxo pode produzir interpretações divergentes quando transferência, trancamento, mobilidade e desligamento são tratados como fenômenos indistintos. Um estudo comprometido com a permanência deve reconhecer essas diferenças e exigir que taxas de evasão estejam acompanhadas das respectivas definições, períodos de observação e unidades de análise.

A questão norteadora deste artigo é de que modo desigualdades socioeconômicas e práticas institucionais condicionam a permanência universitária no Brasil e quais estratégias, articuladas à assistência estudantil, possuem fundamentação para prevenir o abandono sem reduzir a formação a uma meta administrativa de retenção. O objetivo geral consiste em analisar criticamente relações entre políticas de acesso, condições materiais de estudo, organização acadêmica e trajetórias de conclusão. Especificamente, discutem-se os instrumentos de democratização, o desenho da Política Nacional de Assistência Estudantil, as múltiplas dimensões da evasão, o papel do ensino e do acolhimento, as necessidades de grupos historicamente sub-representados e as possibilidades de monitoramento institucional. A contribuição pretendida é uma síntese analítica voltada à formulação de decisões transparentes,

não um modelo estatístico validado ou uma estimativa causal inédita.

2. METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, exploratória e analítico-documental, organizada como revisão sistematizada de literatura com síntese narrativa. Foram examinados documentos normativos brasileiros, informações institucionais do Inep e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), além de publicações acadêmicas pertinentes à democratização, evasão e persistência estudantil. A identificação de fontes foi conduzida por consultas temáticas a portais oficiais e páginas de periódicos, com expressões equivalentes a assistência estudantil, acesso ao ensino superior, desigualdades, evasão, permanência, democratização, student persistence e college completion. O critério substantivo de seleção foi a capacidade de cada fonte sustentar uma dimensão do argumento, privilegiando textos identificáveis por autoria, data e instituição. Não se realizou protocolo de revisão sistemática formal, seleção independente de registros por revisores ou metanálise; consequentemente, não se apresentam contagens artificiais de estudos localizados e excluídos.

A leitura foi organizada por núcleos de investigação: estrutura e expansão do sistema; mecanismos de seleção e inclusão; obstáculos econômicos e socioculturais à permanência; serviços assistenciais; pedagogia universitária; indicadores de fluxo; e governança institucional. Evidências quantitativas publicadas por órgãos oficiais foram utilizadas apenas quando sua população e seu período podiam ser delimitados. As formulações de Tinto (2012; 2017) serviram como referencial para discutir condições de persistência,

sem pressupor que resultados produzidos em outros contextos nacionais representem automaticamente as instituições brasileiras. Da mesma forma, estudos brasileiros foram considerados em suas escalas, evitando transformar resultados de universidades específicas em características de todo o sistema. A síntese procurou explicitar convergências e tensões, distinguir afirmações normativas de associações empíricas e reconhecer lacunas de mensuração.

O recorte temporal concentra políticas em vigor e debates recentes, com antecedentes indispensáveis desde a primeira década deste século. Entre os marcos examinados estão a Lei nº 12.711/2012 e sua atualização pela Lei nº 14.723/2023, a Lei nº 14.914/2024, sua alteração pela Lei nº 15.169/2025 e as informações do Censo da Educação Superior 2024. O trabalho não coletou dados de estudantes, não aplicou entrevistas, não acompanhou coortes individuais e não estimou impacto de bolsas sobre a probabilidade de conclusão. Sua principal limitação é não poder determinar qual estratégia produz maior efeito líquido em grupos específicos. As recomendações desenvolvidas devem, portanto, ser entendidas como propostas de desenho e avaliação de políticas, sujeitas a teste empírico e contextualização local.

3. DEMOCRATIZAÇÃO: DO INGRESSO À CONCLUSÃO

A definição de democratização orienta o modo como o problema é medido. Em sentido restrito, democratizar consiste em reduzir barreiras formais de entrada; em sentido substantivo, envolve redistribuir oportunidades reais de aprendizagem e conclusão. Uma universidade pode elevar o número de estudantes de baixa renda e ainda manter currículos, horários e práticas seletivas que dificultam a continuidade desses mesmos grupos. A avaliação não pode

ignorar a distribuição dos ingressantes por curso, turno, território e prestígio acadêmico. Ristoff (2014) discute alterações do perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros associadas a diferentes políticas de expansão e inclusão, mostrando que a composição do campus é uma dimensão relevante do processo. Entretanto, diversidade na entrada não elimina automaticamente desigualdades de trajetória e de resultado. A pergunta seguinte é se a instituição distribui, de forma equitativa, condições para transformar oportunidades formais em formação concluída.

A distinção entre igualdade e equidade ajuda a interpretar essa realidade. Oferecer a todos o mesmo horário de atendimento ou a mesma atividade complementar pode parecer imparcial, mas estudantes que trabalham à noite, vivem em áreas rurais ou enfrentam limitações de mobilidade não usufruem igualmente desses recursos. Medidas equitativas reconhecem necessidades diferentes e buscam reduzir barreiras desproporcionais, sem abandonar padrões de qualidade acadêmica. Essa concepção implica distinguir apoio de privilégio: o suporte é justificado quando corrige obstáculos relevantes ao acesso às atividades e ao desempenho, não quando dispensa aprendizagem substantiva. A instituição deve formular critérios públicos, inteligíveis e passíveis de revisão, evitando que políticas bem-intencionadas produzam estigmas, exposição indevida da condição econômica ou tratamentos arbitrários.

A conclusão de um curso também não pode ser compreendida como evento isolado. Ela pressupõe uma sequência de transições: adaptação inicial, domínio de conteúdos básicos, integração em comunidades de aprendizagem, acesso a recursos de estudo, superação de dificuldades temporárias e planejamento de

conclusão. Pequenas interrupções podem ser reversíveis quando existe comunicação institucional e possibilidade de reorganização do percurso; tornam-se decisivas quando o estudante perde vínculo, apoio e orientação. A política de permanência precisa considerar o tempo universitário como processo, identificando momentos em que a vulnerabilidade muda de natureza. A falta de alimentação ou transporte pode pesar nos primeiros meses, enquanto obstáculos curriculares, estágios obrigatórios não remunerados ou custos de trabalho de conclusão podem surgir posteriormente. Um programa limitado à matrícula inicial não responde a essas transições.

A ampliação da escolaridade superior possui relevância econômica e cidadã, mas sua interpretação não deve ser subordinada apenas à empregabilidade. A graduação também produz oportunidades de participação cultural, produção de conhecimento, fortalecimento de redes sociais e intervenção qualificada na vida pública. Isso não significa ignorar a relação com o trabalho; significa reconhecer que cursos e estudantes possuem expectativas diferentes e que qualidade acadêmica envolve múltiplos objetivos. Quando políticas de retenção priorizam exclusivamente indicadores de conclusão, podem induzir redução indevida de exigências, exclusão silenciosa de estudantes considerados difíceis ou práticas administrativas que apenas transferem o problema. A democratização substantiva exige compromisso simultâneo com aprendizagem, direitos, reconhecimento da diversidade e conclusão em condições dignas.

4. EXPANSÃO EDUCACIONAL E DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL

A expansão do ensino superior brasileiro combinou trajetórias de crescimento da rede pública, ampliação da oferta privada, diversificação institucional e fortalecimento da educação a distância.

Essas modalidades não são equivalentes quanto à estrutura de custos, experiência de campus, oportunidades de pesquisa ou formas de acompanhamento pedagógico. O Censo da Educação Superior 2024 deve ser interpretado sob essa heterogeneidade, sobretudo porque a educação a distância passou a representar parcela majoritária das matrículas de graduação naquele ano (INEP, 2025). A tendência amplia possibilidades geográficas de acesso para trabalhadores e moradores de municípios sem campi presenciais, mas cria desafios específicos de conectividade, autonomia de estudo, apoio tutorial e interação. A democratização depende de verificar a qualidade das condições de oferta, não simplesmente multiplicar vínculos de matrícula.

Na rede pública, políticas de interiorização e criação de campi aproximaram a educação superior de territórios historicamente afastados dos centros universitários. A redução da distância física, contudo, não significa eliminação de custos: deslocamentos intermunicipais, alimentação durante longas jornadas e moradia temporária permanecem obstáculos. Algumas regiões enfrentam oferta restrita de transporte, carência de equipamentos culturais e acesso instável à internet, o que afeta participação em atividades extracurriculares e acesso a material didático. Além disso, campi novos podem necessitar de bibliotecas, laboratórios, serviços de acessibilidade e equipes de assistência consolidados. A expansão institucional deve ser analisada junto à capacidade instalada de produzir boas condições de estudo. Oferecer vaga sem infraestrutura suficiente pode deslocar a exclusão do processo seletivo para a vida acadêmica cotidiana.

O setor privado apresenta configuração diversa, com instituições de distintas dimensões, preços, modelos pedagógicos e condições de

financiamento. Para estudantes de renda limitada, bolsas de estudo e financiamento podem viabilizar ingresso, mas o custo total da formação inclui despesas não cobertas por mensalidades ou descontos. Mesmo uma bolsa integral pode não assegurar permanência quando persistem perda de renda familiar, necessidade de trabalhar em jornada extensa ou dificuldade de acesso a dispositivos digitais. Em contratos financiados, a preocupação com endividamento e estabilidade de renda futura também integra a decisão de continuar. A análise de políticas privadas e públicas, portanto, requer instrumentos comparáveis de fluxo, mas explicações próprias para estruturas de custo e vínculo. Comparar taxas brutas sem controlar composição discente, modalidade e definição de evasão pode gerar diagnósticos enganosos.

A diferenciação institucional encontra ainda uma dimensão simbólica. Certos cursos apresentam maior prestígio e exigências de disponibilidade de tempo, equipamentos, experiências extracurriculares ou redes profissionais. Estudantes que não podem participar de atividades não remuneradas ou mobilidades acadêmicas podem concluir a graduação com oportunidades formativas desiguais. Democratizar não significa apenas distribuir vagas entre instituições; significa examinar distribuição de oportunidades dentro delas, inclusive nos cursos de alta demanda. O problema demanda pesquisas que acompanhem ingresso, progressão e resultados por curso e grupo, respeitando regras de privacidade e evitando interpretações que atribuam diferenças exclusivamente à motivação individual. O acesso deve ser analisado como início de um percurso estratificado por recursos materiais e expectativas institucionais.

5. AÇÕES AFIRMATIVAS E DESIGUALDADES DE ORIGEM

A Lei nº 12.711/2012 estabeleceu referência central para a reserva de vagas nas instituições federais, e a Lei nº 14.723/2023 atualizou aspectos importantes da política, incluindo o tratamento de estudantes quilombolas e novas regras de classificação e elegibilidade. O sentido dessas medidas é enfrentar desigualdades de oportunidade associadas às condições históricas de escolarização e exclusão. A existência de reserva legal de vagas, contudo, não esgota a agenda de inclusão. A trajetória após o ingresso exige serviços capazes de acolher estudantes cuja preparação anterior, renda e pertencimento social são heterogêneos. O debate deve evitar duas simplificações: apresentar as cotas como resposta suficiente a todas as desigualdades ou atribuir às pessoas beneficiadas dificuldades acadêmicas presumidas. O desempenho depende de um conjunto amplo de condições, e políticas precisam ser avaliadas com indicadores adequados, não com estereótipos.

Desigualdade socioeconômica não se resume a renda declarada. A composição do domicílio, a necessidade de contribuir financeiramente com a família, a instabilidade do trabalho, os custos do território, a insegurança alimentar e a possibilidade de dispor de ambiente de estudo interferem na vida universitária. Dois estudantes com renda per capita semelhante podem enfrentar despesas muito diferentes conforme tenham filhos, dependentes, deficiência ou deslocamento longo. Por isso, critérios de priorização assistencial demandam cuidado técnico e possibilidades de recurso. Um sistema que depende apenas de documentos difíceis de obter pode excluir justamente aqueles com trabalho informal, mudanças familiares recentes ou documentação incompleta. Critérios públicos

devem coexistir com análise individual fundamentada e proteção da dignidade dos solicitantes.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais, realizada em 2018 e divulgada pela Andifes em 2019, documenta a diversidade e as vulnerabilidades sociais do corpo discente federal. É fonte importante para compreender mudanças no público atendido, mas seus dados não podem ser apresentados como retrato inalterado de 2026. A própria Andifes divulgou nova mobilização de pesquisa em abril de 2026, evidenciando a necessidade de atualização periódica dos diagnósticos. Esse cuidado temporal é essencial, sobretudo diante de variações econômicas, mudanças na composição de cursos e transformações tecnológicas que alteraram a experiência acadêmica. Pesquisas de perfil devem orientar revisão de programas sem cristalizar estudantes em classificações estáticas de vulnerabilidade.

As ações afirmativas também produzem implicações para a cultura institucional. A presença de novos grupos pode ampliar repertórios intelectuais, linguísticos e culturais, mas requer que espaços acadêmicos não reproduzam discriminação ou práticas de deslegitimação. Políticas de acolhimento, formação de servidores, canais de enfrentamento de assédio e reconhecimento de identidades culturais são partes da permanência. O pertencimento não deve ser entendido como exigência de assimilação a padrões universitários tradicionais; precisa permitir que estudantes participem da produção de conhecimento a partir de trajetórias diversas. Ao mesmo tempo, a instituição deve conservar critérios acadêmicos claros e oferecer meios efetivos para seu alcance. A combinação entre expectativa elevada e apoio concreto evita tanto a

exclusão disfarçada de rigor quanto a desvalorização das capacidades dos ingressantes.

6. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Lei nº 14.914/2024 instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil no âmbito federal, com a finalidade de ampliar condições de permanência e conclusão na educação superior e profissional pública federal. Sua importância está em conferir formulação legal a um conjunto de necessidades antes frequentemente tratado por ações administrativas dispersas. Entre programas e áreas abrangidas estão alimentação, moradia, transporte, acessibilidade, atenção à saúde mental, apoio à parentalidade e outras medidas compatíveis com o planejamento institucional. A lei foi alterada em 2025, razão pela qual sua leitura deve considerar a redação atualizada. É necessário, ainda, distinguir o desenho normativo da capacidade real de implementação: uma previsão legal estabelece objetivos e possibilidades, mas não demonstra automaticamente cobertura suficiente, continuidade financeira ou qualidade do serviço em todas as instituições.

A assistência estudantil apresenta dimensão redistributiva evidente quando fornece meios para frequentar aulas e realizar atividades essenciais. Bolsas e auxílios monetários podem reduzir pressões financeiras e permitir reorganização da jornada de trabalho, mas nem sempre substituem serviços coletivos. Restaurantes universitários, moradia estudantil, transporte institucional, bibliotecas acessíveis e conectividade pública geram benefícios cuja mensuração não se limita ao número de pagamentos efetuados. A decisão entre transferências diretas e serviços depende de território, demanda, infraestrutura, escala e participação dos estudantes. Uma

política eficiente em campus urbano com transporte público abundante pode ser inadequada em município com deslocamento rural complexo. O desenho deve combinar diagnóstico local e garantias mínimas, evitando soluções uniformes impostas a realidades distintas.

A gestão dos auxílios precisa lidar com restrições orçamentárias, custos variáveis e o risco de descontinuidade. Quando a instituição anuncia benefícios mas demora a selecionar estudantes ou interrompe repasses no semestre, a previsibilidade do apoio se perde e compromete planejamento financeiro. Transparência sobre critérios, lista de espera, prazos e mecanismos de revisão fortalece confiança. Entretanto, eficiência administrativa não deve ser medida apenas pela velocidade de processamento de pedidos; deve incluir alcance do público elegível, adequação do valor, regularidade, proteção de dados e efeitos sobre frequência e continuidade do curso. Como os recursos são finitos, a definição de prioridades requer deliberação institucional responsável e acompanhamento público dos resultados agregados, sem exposição indevida de beneficiários.

Uma política de permanência integrada necessita articular assistência com setores pedagógicos e de saúde, respeitando atribuições profissionais e sigilo. Estudantes em insegurança alimentar podem apresentar dificuldades de concentração; pessoas submetidas a jornadas excessivas de trabalho podem faltar às aulas; estudantes com sofrimento psicológico podem necessitar de acolhimento e encaminhamento adequados. Essas situações não autorizam deduzir diagnóstico a partir de notas ou tratar o recebimento de auxílio como indicativo automático de baixo desempenho. A assistência deve oferecer oportunidades reais de apoio e não funcionar como vigilância sobre a vida privada. A

cooperação entre equipes demanda consentimento quando pertinente, compartilhamento mínimo de informações e protocolos para respostas a situações graves, mantendo a autonomia dos estudantes.

7. EVASÃO, RETENÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA

O termo evasão é empregado para descrever situações que exigem distinção metodológica. Abandonar determinado curso, trocar de graduação na mesma universidade, transferir-se para outra instituição e sair definitivamente do sistema de educação superior não são equivalentes. Tampouco a retenção, compreendida como prolongamento do percurso ou dificuldade de progredir, significa necessariamente desistência. Silva Filho et al. (2007) já evidenciavam a importância de indicadores de evasão e de comparações devidamente contextualizadas no sistema brasileiro. Quando relatórios institucionais reúnem todos os desligamentos sob uma única taxa, tornam invisíveis mecanismos diferentes e arriscam orientar medidas ineficazes. Um estudante que muda de curso por reorganização de interesses pode permanecer no sistema e concluir sua formação, enquanto outro que perde o vínculo por insuficiência financeira enfrenta problema de natureza muito distinta. A formulação das políticas depende de classificar adequadamente cada trajetória.

O estudo da evasão precisa considerar também seu momento. A saída no primeiro ano pode estar associada a expectativas não correspondidas, dificuldades na transição acadêmica, fragilidade de orientação ou obstáculos econômicos imediatos. Em fases posteriores, podem ganhar relevância estágios obrigatórios, reprovações acumuladas, conflitos de horário, responsabilidades

familiares, desatualização curricular ou dificuldades na elaboração de trabalhos finais. A temporalidade importa porque uma medida preventiva precisa chegar antes de o desligamento se tornar provável. Alertas baseados em ausência de matrícula e reprovações do semestre anterior podem identificar estudantes já muito distantes das atividades, ao passo que contato acolhedor nas primeiras semanas pode oferecer oportunidades de reorganização. Contudo, nenhum indicador isolado permite diagnosticar a causa do risco sem diálogo com o estudante.

As taxas de fluxo podem revelar desigualdades relevantes, desde que sejam construídas sobre populações comparáveis. A apresentação do Censo da Educação Superior 2024, por exemplo, informa para 2023–2024 taxa de evasão do sistema federal de 7,9% entre estudantes ingressantes por reserva de vagas e de 9,0% entre aqueles sem essa condição, segundo uma definição específica de vínculo no sistema (INEP, 2025). Esses números não provam que a política de cotas cause maior permanência, porque grupos diferem em múltiplos fatores e os indicadores não isolam o efeito da modalidade de ingresso. Sua utilidade está em mostrar por que alegações genéricas sobre desempenho ou evasão de cotistas requerem cautela. A análise deve examinar coortes, cursos, condições socioeconômicas e forma de construção das variáveis antes de propor explicações causais.

Uma dificuldade adicional decorre do uso de metas administrativas com pouca atenção ao percurso vivido. Reduzir a evasão é objetivo legítimo, mas não autoriza impedir mobilidade voluntária, pressionar alunos a permanecer em cursos incompatíveis com seus projetos ou ocultar desligamentos. Em perspectiva centrada nos estudantes, Tinto (2017) diferencia o interesse institucional em reter matrículas

da intenção discente de persistir rumo à conclusão de uma formação. A diferença tem implicações éticas e operacionais: uma política deve apoiar escolhas informadas, facilitar reorientações acadêmicas e reconhecer situações em que a transferência produz trajetória mais adequada. A pergunta relevante não é apenas quantos alunos permaneceram naquela unidade, mas quais oportunidades de prosseguir aprendendo foram efetivamente garantidas.

8. TRABALHO, RENDA, TEMPO E RESPONSABILIDADES DE CUIDADO

A necessidade de conciliar trabalho remunerado e estudo constitui uma das principais condições estruturais a considerar na prevenção da evasão. A situação pode envolver jornadas fixas extensas, emprego informal, deslocamentos entre locais de trabalho e campus, escalas imprevisíveis ou dependência de renda para sustentar familiares. Essas diferenças influenciam a disponibilidade para disciplinas oferecidas exclusivamente em determinados turnos, atividades de pesquisa não remuneradas e reuniões acadêmicas fora do horário regular. A instituição não precisa reduzir a exigência de aprendizagem para reconhecer a realidade: pode diversificar horários de atendimento, revisar conflitos no planejamento curricular, antecipar calendários e disponibilizar recursos de estudo em formatos acessíveis. A eficácia dessas iniciativas deve ser aferida segundo participação e aprendizagem, não pela simples existência de uma plataforma ou serviço anunciado.

A pressão financeira é multidimensional porque a renda familiar não se converte integralmente em capacidade de arcar com custos acadêmicos. Aluguel, alimentação, medicamentos, transporte,

cuidado infantil e apoio a parentes podem absorver parte substancial do orçamento. Mudanças de emprego, doença de familiar ou aumento inesperado de despesas podem alterar rapidamente a condição do estudante que ingressou sem necessidade de auxílio. Programas assistenciais apenas anuais e rígidos podem não responder a crises ocorridas no decorrer do semestre. A criação de mecanismos transparentes de atendimento emergencial e de reavaliação socioeconômica permite respostas mais ajustadas, embora exija controle administrativo e previsão orçamentária. O objetivo não é criar excepcionalidade indefinida, mas impedir que choques transitórios transformem-se em abandono irreversível.

O cuidado com crianças, idosos ou pessoas dependentes atravessa a permanência universitária de forma desigual. Responsabilidades domésticas raramente aparecem integralmente nos registros acadêmicos, embora condicionem concentração, participação em estágios e disponibilidade para atividades em horários alternativos. A previsão de apoio à parentalidade na PNAES sinaliza reconhecimento institucional da questão, mas os serviços concretos exigem planejamento, critérios e soluções locais. Salas de apoio, orientação sobre redes de cuidado, compatibilização de horários e acolhimento diante de situações excepcionais podem reduzir barreiras, desde que não substituam a obrigação de proporcionar formação de qualidade. Políticas devem considerar diferenças entre estudantes e evitar pressupor que a responsabilidade de cuidado pertence exclusivamente às mulheres ou a determinado tipo de família.

A gestão do tempo universitário também depende de informações confiáveis. Alterações constantes de horários, cancelamentos de

atividades sem aviso, disciplinas ofertadas apenas uma vez ao ano e dificuldades de matrícula em pré-requisitos criam custos especialmente elevados para quem trabalha. Nessas condições, problemas frequentemente classificados como desorganização individual podem ser produzidos pela própria estrutura curricular. Mapear conflitos de horários e padrões de retenção por disciplina ajuda a localizar gargalos modificáveis. O compromisso institucional consiste em tornar o percurso previsível, oferecer orientação antecipada e reconhecer que flexibilidade responsável não se confunde com informalidade. O aluno precisa conhecer exigências acadêmicas e alternativas possíveis com antecedência suficiente para planejar recursos e responsabilidades.

9. PERTENCIMENTO, CULTURA ACADÊMICA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A permanência é influenciada pela experiência de ser reconhecido como participante legítimo da comunidade universitária. Um estudante que não conhece procedimentos burocráticos, desconhece possibilidades de pesquisa ou interpreta dificuldades iniciais como prova de inadequação pode afastar-se das atividades mesmo sem enfrentar reprovação imediata. Acolhimento e orientação são importantes porque grande parte dos códigos institucionais circula informalmente entre estudantes mais experientes, docentes e famílias com trajetória universitária. Para quem ingressa sem essa rede, informações sobre bolsas, extensão, monitorias, disciplinas optativas e direitos acadêmicos podem permanecer opacas. Programas de tutoria e recepção devem explicitar esses códigos e garantir que o acesso a oportunidades não dependa exclusivamente de contatos pessoais.

A participação em grupos de estudo, atividades culturais, extensão universitária e experiências de pesquisa pode fortalecer vínculos e conferir sentido ao curso. Entretanto, não se deve presumir que todos os estudantes disponham do mesmo tempo para atividades extracurriculares. Quando oportunidades dependem de disponibilidade não remunerada, podem beneficiar de maneira desproporcional quem possui suporte econômico. Bolsas de iniciação, horários flexíveis e oferta de atividades próximas da grade regular ampliam possibilidades de participação. A integração não se reduz à quantidade de eventos realizados: deve ser apreciada pela qualidade dos vínculos, pela relevância pedagógica e pela percepção dos estudantes de que sua presença produz contribuição reconhecida. Exigir socialização uniforme pode excluir pessoas com necessidades distintas de interação.

Discriminação racial, preconceito de classe, violência de gênero, capacitismo e outras práticas de desrespeito podem fragilizar o pertencimento e comprometer a continuidade. A prevenção exige canais de acolhimento acessíveis, procedimentos de apuração e proteção contra retaliações, acompanhados de ações educativas e acompanhamento institucional. Uma política não deve confundir discordância acadêmica com discriminação, mas tampouco tratar manifestações recorrentes de hostilidade como conflitos individuais sem relação com a organização. A universidade necessita de parâmetros transparentes e equipes preparadas para encaminhar situações complexas. A produção de relatórios agregados, preservando confidencialidade, ajuda a identificar problemas persistentes e avaliar mudanças no ambiente de aprendizagem.

A relação pedagógica cotidiana permanece central. Tinto (2012) argumenta que ações de permanência precisam alcançar a sala de

aula, espaço no qual muitos estudantes, sobretudo os que trabalham, vivenciam a maior parte de sua integração universitária. Essa interpretação convida a superar iniciativas exclusivamente periféricas ao currículo. O professor que explicita objetivos, oferece retorno sobre dificuldades e cria situações de aprendizagem colaborativa contribui para uma experiência na qual o aluno identifica possibilidades concretas de progresso. Isso não transforma o docente no único responsável pela evasão: condições materiais, políticas de pessoal e características dos cursos continuam relevantes. A implicação é que assistência e pedagogia precisam atuar de modo coordenado, preservando suas competências específicas.

10. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

A entrada na educação superior representa transição intelectual que demanda dominar gêneros acadêmicos, raciocínios especializados e modos particulares de avaliação. Estudantes com formações escolares heterogêneas podem necessitar de apoio em leitura científica, escrita, matemática, tecnologias digitais ou organização do estudo, sem que isso represente incapacidade. Programas de nivelamento são mais adequados quando diagnósticos identificam competências específicas e quando a oferta se articula ao currículo regular. Aulas suplementares genéricas, desconectadas das disciplinas efetivamente cursadas, podem ampliar carga de trabalho sem resolver dificuldades. O acompanhamento deve incluir feedback em tempo útil, oportunidades de recuperação de aprendizagem e avaliação de resultados por coortes, evitando estigmatizar estudantes encaminhados aos serviços.

Disciplinas com reprovações persistentes merecem investigação que considere objetivos curriculares, pré-requisitos, estratégias didáticas e perfil das turmas. Taxas elevadas podem decorrer de múltiplas causas e não autorizam concluir automaticamente que o docente ensina mal ou que os alunos carecem de preparo. Uma avaliação institucional produtiva combina dados históricos, análise de instrumentos de avaliação, observação de processos pedagógicos e escuta dos envolvidos. Quando o problema decorre de sequenciamento inadequado, conflito entre conteúdos e tempo disponível ou falta de práticas laboratoriais, a solução deve ser curricular. Quando as dificuldades se concentram em competências iniciais, podem ser necessárias oficinas e monitorias articuladas ao desenvolvimento disciplinar. O propósito é melhorar aprendizagem verificável, não reduzir notas mínimas para cumprir metas administrativas.

A avaliação formativa pode fornecer informações úteis antes que dificuldades se acumulem. Atividades de baixo risco, exercícios com retorno comentado e momentos de autoavaliação ajudam os estudantes a reconhecer lacunas e reorganizar estratégias. O excesso de tarefas avaliativas, contudo, pode aumentar sobrecarga quando disciplinas não coordenam calendários e prazos. Planejamento colegiado permite distribuir exigências e garantir alinhamento com resultados de aprendizagem. Em cursos noturnos e modalidades mediadas por tecnologia, recursos assíncronos podem ampliar acesso, mas precisam ter objetivos claros e alternativas para limitações de conectividade. A flexibilidade pedagógica é valiosa quando apoia a demonstração de competência, não quando abandona o estudante à gestão solitária de materiais acumulados.

A orientação acadêmica individual ou em pequenos grupos pode reduzir dúvidas sobre matrícula, escolha de disciplinas, estágios e conclusão. A eficácia depende de informações atualizadas, carga de trabalho compatível e capacidade de encaminhar questões que ultrapassem a função docente. Tutores não devem substituir assistência social, psicologia ou serviços administrativos especializados. Uma rede bem organizada define atribuições e fornece caminhos compreensíveis ao estudante, evitando que ele circule entre setores sem resposta. O acompanhamento precisa respeitar autonomia e confidencialidade, oferecendo suporte proporcional à necessidade. Sua qualidade pode ser avaliada pela resolução de demandas, pela continuidade das trajetórias e por relatos de experiência, não apenas pelo número de atendimentos registrados.

11. SAÚDE, BEM-ESTAR E ACESSIBILIDADE

A experiência universitária inclui condições de saúde e bem-estar que influenciam participação, mas devem ser tratadas sem medicalizar automaticamente dificuldades acadêmicas. Sobrecarga, isolamento, conflitos familiares e insegurança financeira podem estar associados a sofrimento emocional, embora a instituição não possa inferir diagnóstico clínico a partir de faltas ou rendimento. Serviços de acolhimento e encaminhamento devem funcionar com profissionais habilitados, protocolos de confidencialidade e articulação com a rede de saúde quando necessária. A atenção à saúde mental, prevista entre as áreas da PNAES, tem potencial de contribuir para ambientes mais seguros, desde que não se limite a ações pontuais de sensibilização sem capacidade de atendimento. A prevenção institucional envolve também revisão de cargas de

trabalho e condições cotidianas que intensificam sofrimento evitável.

Acessibilidade deve ser entendida como condição estruturante da qualidade educativa, não como favor concedido depois da matrícula. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, digitais e atitudinais podem impedir estudantes com deficiência de participar de aulas, avaliações e estágios em igualdade de oportunidades. Recursos assistivos, materiais compatíveis com leitores de tela, interpretação de Libras quando pertinente e adequações razoáveis exigem planejamento e avaliação caso a caso. A universidade precisa evitar soluções padronizadas que ignorem necessidades diferentes, bem como interpretações equivocadas que confundam adaptação de meio com redução automática de objetivos. O centro da política é permitir a demonstração das competências essenciais em condições acessíveis, com direitos e responsabilidades explícitos.

A dimensão territorial da saúde também importa. Estudantes que residem longe dos campi podem enfrentar deslocamentos prolongados, falta de transporte em horários noturnos e dificuldades de acesso a serviços especializados. A combinação desses fatores com jornada de trabalho e atividades acadêmicas amplia desgaste e restringe participação. Medidas preventivas incluem organização de horários previsíveis, orientação sobre serviços locais e estruturas básicas de acolhimento, compatíveis com recursos disponíveis. A universidade não substitui integralmente políticas públicas de saúde e mobilidade, mas pode articular parcerias e documentar demandas coletivas relevantes. A permanência é, em parte, resultado de políticas intersetoriais que ultrapassam os limites físicos do campus.

A proteção da dignidade discente requer cuidado no uso de informações sensíveis. Dados sobre saúde, deficiência, renda e situações familiares podem ser necessários para assegurar direitos, mas sua circulação deve observar finalidade, segurança e acesso restrito. Sistemas administrativos não devem revelar a professores ou colegas detalhes que não sejam indispensáveis a adaptações autorizadas. Indicadores agregados podem subsidiar planejamento sem expor indivíduos. A confiança nos serviços depende de que solicitar ajuda não gere constrangimento, estigmatização ou avaliação acadêmica desfavorável. Um programa formalmente disponível pode deixar de ser utilizado quando estudantes temem consequências sobre reputação ou oportunidades futuras.

12. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, EaD E PERMANÊNCIA

O crescimento da educação a distância amplia oportunidades de ingresso em localidades onde não existem cursos presenciais equivalentes. Entretanto, a permanência na modalidade depende de competências de organização, interação pedagógica, disponibilidade tecnológica e qualidade do acompanhamento tutorial. O estudante que trabalha e estuda de casa pode se beneficiar da flexibilidade, mas também enfrentar sobreposição entre responsabilidades domésticas e atividades acadêmicas, ausência de ambiente adequado e baixa previsibilidade de conexão. Avaliar a democratização da EaD exige examinar não apenas a matrícula, mas o acesso efetivo aos materiais, o suporte docente, o desenho das avaliações e a conclusão dos cursos. Esses fatores variam entre instituições e não podem ser reduzidos a características inerentes à modalidade.

Desigualdade digital envolve mais do que possuir telefone ou acesso eventual à internet. Equipamentos compartilhados, planos de dados limitados, conexões instáveis e interfaces incompatíveis com tecnologias assistivas podem comprometer participação em aulas, laboratórios virtuais e avaliações. Instituições precisam mapear as condições de acesso de seus estudantes e oferecer alternativas compatíveis, como materiais de menor consumo de dados, horários de laboratório e empréstimo de equipamentos quando disponíveis. A adoção tecnológica não deveria pressupor que todos tenham espaço doméstico silencioso ou acesso contínuo a ferramentas pagas. O planejamento pedagógico precisa conter possibilidades de contingência para falhas técnicas, sem comprometer a confiabilidade da avaliação.

Ferramentas de acompanhamento digital podem identificar padrões de ausência em ambientes virtuais, mas seu significado deve ser interpretado com cautela. Baixa frequência de acesso a determinada plataforma não prova desengajamento quando o material pode ser consultado por outros meios ou quando a disciplina combina atividades presenciais. Sistemas preditivos que classificam estudantes em risco podem reproduzir distorções de dados históricos e produzir encaminhamentos inadequados. Seu uso exige transparência, avaliação de erro, contestação e supervisão humana. A tecnologia deve ajudar equipes a oferecer suporte, não criar mecanismos de vigilância contínua ou decisões automatizadas de exclusão. O ponto decisivo é transformar sinais de possível dificuldade em oportunidades voluntárias de diálogo e resolução.

Na modalidade presencial, plataformas digitais também reconfiguram a permanência. Requerimentos, matrículas, bolsas e acompanhamento de notas frequentemente dependem de

sistemas que podem ser difíceis de navegar. Um procedimento de assistência disponível apenas por formulário pouco acessível pode produzir exclusão burocrática. Serviços de apoio tecnológico, linguagem clara e comunicação multicanal reduzem essas barreiras. É necessário acompanhar o tempo de resolução de demandas, incidência de erros e satisfação dos usuários, com desagregação quando apropriada. A transformação digital só contribui para a democratização quando amplia a capacidade de exercer direitos e participar da vida acadêmica, em vez de transferir todo o trabalho administrativo ao estudante.

13. ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

A prevenção da evasão exige uma arquitetura de intervenção capaz de conectar informações acadêmicas, demandas assistenciais e responsabilidades de gestão. Uma estratégia inicial consiste em mapear o percurso estudantil desde o ingresso, identificando momentos de maior vulnerabilidade por curso, turno e modalidade. Em seguida, a instituição pode organizar respostas escalonadas: comunicação preventiva a todos, orientação específica a grupos que enfrentam dificuldades frequentes e atendimento individual quando existe demanda concreta. Essa organização reduz o risco de tratar cada problema por setor isolado. Contudo, integrar serviços não autoriza criar bancos irrestritos de dados pessoais ou tornar o estudante objeto passivo de monitoramento. A coordenação deve preservar finalidade, necessidade e proteção de informações sensíveis.

O acolhimento ao ingressante merece desenho institucional próprio. Reuniões inaugurais podem oferecer visão geral da universidade, mas são insuficientes quando concentram muitas informações em

poucas horas. Um programa continuado durante o primeiro semestre pode combinar orientação sobre currículo, apoio à leitura acadêmica, informação sobre bolsas, serviços de acessibilidade e espaços de convivência. A participação de estudantes veteranos em mentorias supervisionadas pode ajudar na tradução de práticas informais, desde que existam formação e mecanismos de encaminhamento. A qualidade do acolhimento deve ser examinada por instrumentos que identifiquem compreensão das informações, uso dos serviços e dificuldades persistentes, evitando medir apenas presença em eventos.

A assistência financeira precisa ser conectada a ações pedagógicas sem transformar apoio em prêmio por notas elevadas. Critérios de continuidade podem exigir vínculo e participação conforme a legislação e os editais pertinentes, mas a avaliação de dificuldades deve considerar circunstâncias excepcionais e oferecer oportunidades de revisão. Uma pessoa que recebe auxílio justamente por enfrentar vulnerabilidade não deveria perder automaticamente todo o suporte no primeiro período de dificuldades decorrentes dessa condição. Procedimentos transparentes podem distinguir abandono voluntário, impedimento temporário, necessidade de reorganização de matrícula e progressão abaixo do esperado. O objetivo é construir incentivos que favoreçam aprendizagem e responsabilidade sem produzir círculos de exclusão.

A formação de docentes e técnicos constitui outra estratégia relevante. Profissionais que lidam diretamente com estudantes precisam reconhecer sinais de barreiras institucionais, conhecer fluxos de encaminhamento e distinguir dificuldades pedagógicas de situações que demandam atendimento especializado. Capacitações

devem discutir comunicação acessível, avaliação formativa, gestão de conflitos e utilização responsável de dados. Entretanto, não basta exigir novas competências sem tempo institucional ou equipes suficientes. A política de permanência precisa integrar planejamento de pessoal, orçamento e avaliação da carga de trabalho. Uma universidade que anuncia acompanhamento intensivo, mas distribui centenas de estudantes a cada orientador sem condições de resposta, cria uma política nominal e não um serviço efetivo.

14. GESTÃO, INDICADORES E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

A produção de indicadores de permanência deve começar pela definição de perguntas. Para saber se a assistência alcança estudantes elegíveis, é necessário estimar demanda, cobertura e tempo de atendimento. Para avaliar fluxo acadêmico, devem ser acompanhadas matrículas, progressão, reprovações, conclusão, transferências e interrupções segundo definições explícitas. Para verificar qualidade pedagógica, instrumentos podem examinar aprendizagem, acesso a feedback e participação em disciplinas-chave. A combinação de métricas reduz o risco de atribuir à taxa de evasão um significado único. Instituições devem publicar metodologias e limites dos indicadores, permitindo comparações temporais coerentes e correções quando os sistemas de registro mudam.

A avaliação de programas precisa distinguir associação de efeito causal. Estudantes que recebem bolsas frequentemente diferem dos não beneficiários em renda, condições de moradia, tempo de trabalho e outros fatores que também influenciam resultados. Uma comparação simples de médias pode produzir conclusão equivocada sobre o impacto da assistência. Desenhos longitudinais,

análises de coortes, grupos comparáveis e métodos adequados às regras de seleção podem fortalecer inferências, desde que sejam eticamente justificáveis e transparentes. Quando não há condições para estimar causalidade, o relatório deve apresentar resultados descritivos e limitações. É preferível reconhecer incerteza a atribuir economias orçamentárias ou aumentos de conclusão a um programa sem avaliação apropriada.

A desagregação de dados por renda, curso, turno, modalidade, território e formas de ingresso pode revelar diferenças importantes, mas requer prudência. Grupos pequenos são mais suscetíveis à identificação indevida, e comparações podem reproduzir estigmas se difundidas sem contexto. A apresentação institucional deve privilegiar padrões relevantes para corrigir desigualdades, respeitando proteção de dados e justificativa pública. Os indicadores precisam ser acompanhados de escuta qualitativa, porque números de frequência ou conclusão não explicam automaticamente obstáculos vividos. Entrevistas e espaços participativos podem identificar gargalos administrativos invisíveis em painéis, como demora na homologação de auxílios ou incompatibilidade entre horários e transporte público.

A governança da permanência depende de coordenação e participação. Um comitê institucional pode reunir representação discente, gestão acadêmica, assistência, acessibilidade, setores administrativos e especialistas conforme as demandas. Sua função não é duplicar estruturas, mas atribuir responsabilidades, analisar evidências e acompanhar recomendações. Planos anuais precisam explicitar metas mensuráveis, recursos disponíveis, prazos e canais de revisão. Resultados desfavoráveis não devem ser ocultados para preservar imagem institucional; constituem informações necessárias

à aprendizagem administrativa. Uma política se torna mais robusta quando consegue corrigir o próprio desenho diante de evidências, reconhecendo diferenças territoriais e evitando transformar indicadores em instrumentos de punição às unidades que atendem públicos mais vulneráveis.

15. RESULTADOS DA SÍNTESE E DISCUSSÃO

A literatura e os documentos examinados convergem na necessidade de analisar ingresso e continuidade como dimensões inseparáveis. Ristoff (2014) registra mudanças na composição socioeconômica do campus, enquanto Paula (2017) problematiza os limites de uma democratização que não assegura condições suficientes para concluir a graduação. Os estudos de Silva Filho et al. (2007) mostram a relevância de mensurar evasão com critérios claros, e Tinto (2012; 2017) desloca parte do foco para as condições institucionais de persistência. Essas contribuições não constituem uma única teoria nem compartilham a mesma base empírica, mas permitem formular uma interpretação consistente: políticas de acesso alteram quem chega; a organização universitária e as condições sociais influenciam o que acontece depois. O resultado não autoriza reduzir a interrupção dos estudos a falha moral, financeira ou pedagógica isolada.

O marco normativo federal reforça essa perspectiva ao vincular a PNAES à permanência e à conclusão, ao lado de instrumentos de ações afirmativas. Entretanto, a análise evidencia distância possível entre objetivos legais, disponibilidade orçamentária e execução institucional. O caráter heterogêneo das universidades demanda planejamento que combine diretrizes comuns e resposta a necessidades territoriais. Campus com grande demanda por

transporte pode necessitar de soluções diferentes de unidade onde a moradia concentra os principais custos; cursos com estágios intensivos enfrentam problemas distintos de cursos organizados em horários noturnos. Uma política de igual valor nominal em todos os locais pode produzir proteção desigual. A equidade precisa ser aferida pelos obstáculos efetivamente removidos e pela qualidade das oportunidades criadas.

Os dados do Inep fornecem importante dimensão quantitativa, mas demandam interpretações metodologicamente restritas. Taxas e séries são sensíveis às definições de vínculo, período e modalidade, enquanto os resultados de grupos beneficiários de políticas não isolam causas. A comparação de estudantes de reserva de vagas com outros ingressantes, por exemplo, exige reconhecer diferenças de perfil e condições institucionais. A utilização desses indicadores deve orientar perguntas adicionais, não justificar classificações automáticas de sucesso ou fracasso. Da mesma forma, o crescimento da educação a distância modifica a composição do sistema e exige que critérios de permanência sejam analisados segundo experiências pedagógicas específicas. A trajetória discente não é explicada exclusivamente pela expansão de matrículas.

A síntese também identifica tensão entre medidas individuais e transformações institucionais. Auxílios de alimentação, transporte e moradia podem reduzir custos e ampliar oportunidades, mas sua eficácia pode ser limitada quando a organização curricular mantém conflitos de horário ou quando disciplinas essenciais concentram dificuldades não enfrentadas. Inversamente, reformas pedagógicas podem melhorar aprendizagem e ainda não resolver insegurança alimentar ou necessidade imediata de renda. A resposta coerente é integrada e não substitutiva: assistência social, apoio acadêmico,

acessibilidade, participação e governança precisam ser articulados. O principal avanço conceitual consiste em reconhecer que fatores de permanência são interdependentes, exigindo desenhos de avaliação capazes de investigar combinações de medidas e seus efeitos em diferentes públicos.

16. PROPOSIÇÃO DE UMA MATRIZ DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A partir da síntese, propõe-se uma matriz analítica composta por cinco dimensões: condições materiais de participação; integração acadêmica e qualidade pedagógica; pertencimento e segurança institucional; organização flexível e previsível dos percursos; e governança orientada a evidências. Trata-se de proposta conceitual, não de escala psicométrica validada. A primeira dimensão verifica se os estudantes conseguem arcar com custos cotidianos essenciais e acessar serviços. A segunda examina a existência de ensino e orientação capazes de favorecer aprendizagem e progressão. A terceira identifica obstáculos de acolhimento, discriminação e participação. A quarta analisa horários, pré-requisitos, acessibilidade e alternativas de percurso. A quinta considera transparência, coordenação de setores e avaliação de políticas. A vantagem do esquema é organizar responsabilidades sem atribuir toda dificuldade a um único ator.

A aplicação institucional pode iniciar por diagnóstico participativo do primeiro ano de curso, comparando dados de progressão com relatos de dificuldades e registros de atendimento. Em seguida, recomenda-se identificar problemas passíveis de resposta rápida, como informação incompleta sobre auxílios ou conflitos administrativos de horários, e questões estruturais que exigem

recursos e planejamento plurianual. As intervenções devem possuir responsáveis definidos, critérios de elegibilidade quando pertinentes e indicadores que possam ser acompanhados sem exposição de estudantes. Antes da implantação ampla, experiências-piloto podem verificar aceitabilidade, custos operacionais e efeitos imprevistos. A expansão deve depender de evidências de adequação, não apenas da adesão discursiva à inovação administrativa.

Uma matriz de permanência não deveria funcionar como classificação definitiva de indivíduos segundo risco. Sua utilidade está em orientar ações de organização institucional e oferecer apoio quando solicitado ou legitimamente indicado. A simplificação de trajetórias complexas em escore único pode produzir falsas certezas, reforçar estereótipos e gerar vigilância excessiva. Resultados de avaliação devem permanecer contestáveis, e decisões relevantes precisam considerar informações atualizadas e explicações acessíveis. É igualmente necessário manter alternativas para estudantes que não desejam compartilhar certas informações pessoais, salvo exigências legais específicas. O desenho da política deve equilibrar eficiência e dignidade, reconhecendo que a proteção contra exclusão não autoriza interferências indiscriminadas na vida privada.

O teste empírico da matriz pode comparar períodos de implementação, analisar desfechos previamente definidos e incorporar avaliação qualitativa. Indicadores úteis incluem redução de atrasos administrativos, aumento de cobertura de assistência, aproveitamento em disciplinas iniciais, manutenção de vínculo e conclusão, sempre com definições consistentes. Pesquisas futuras deveriam examinar se combinações de apoio apresentam efeitos diferentes segundo curso, turno, modalidade e condição

socioeconômica. A proposta permanece aberta à revisão e não pretende estabelecer hierarquia universal de intervenções. Sua contribuição é tornar explícita a necessidade de decisões coerentes entre setores e de avaliações que considerem o estudante como sujeito de direitos, com escolhas e trajetórias próprias.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação demonstra que democratizar a educação superior brasileira requer ultrapassar uma leitura quantitativa do acesso. A abertura de vagas e a diversificação do perfil dos ingressantes possuem significado histórico relevante, mas o exercício efetivo do direito à educação depende de condições que permitam frequentar, aprender, participar e concluir a graduação. As desigualdades socioeconômicas acompanham os estudantes para dentro das instituições por meio de custos cotidianos, tempo disponível, trajetórias escolares e responsabilidades familiares. Não se trata de afirmar que origem social determina individualmente o resultado, mas de reconhecer que oportunidades equivalentes no processo seletivo não eliminam barreiras posteriores. A resposta institucional precisa combinar assistência material, qualidade pedagógica e reconhecimento da diversidade, evitando atribuir o abandono exclusivamente a decisões individuais.

As políticas de ação afirmativa e o marco legal da assistência estudantil constituem componentes complementares dessa agenda. A atualização da Lei de Cotas em 2023 e a instituição da PNAES em 2024 expressam preocupações distintas e interligadas: a primeira atua sobre critérios de ingresso e a segunda organiza objetivos e instrumentos de apoio à permanência. Sua relevância não permite presumir implementação homogênea ou resultados

positivos automáticos. A efetividade dependerá de orçamento, capacidade de atendimento, transparência e acompanhamento dos diferentes contextos universitários. Universidades e órgãos públicos precisam examinar se auxílios e serviços alcançam o público elegível no momento necessário e se contribuem para reduzir barreiras concretas sem criar estigmas ou controles excessivos sobre beneficiários.

A análise da evasão mostrou que uma categoria administrativa aparentemente simples reúne acontecimentos diferentes. Mudanças de curso, transferência, trancamento, desligamento definitivo e atraso na progressão não compartilham necessariamente as mesmas causas nem demandam respostas idênticas. A prevenção depende de informações confiáveis e do reconhecimento da temporalidade do percurso, especialmente na adaptação inicial e nas fases em que estágios e exigências curriculares ampliam custos. Indicadores agregados são úteis, mas precisam ser acompanhados de definições explícitas e investigação contextual. Programas que buscam apenas diminuir uma taxa podem desconsiderar escolhas legítimas ou deslocar problemas para outras unidades. O objetivo educacional deve continuar sendo promover aprendizagem e conclusão digna, não simplesmente conservar matrículas.

A sala de aula revelou-se dimensão central da permanência porque nela se materializam expectativas de conhecimento, relações pedagógicas e oportunidades de reconhecer progressos. Ações de nivelamento, monitoria, orientação e avaliação formativa podem contribuir para enfrentar barreiras acadêmicas quando articuladas ao currículo e acompanhadas de recursos adequados. Não substituem alimentação, transporte e moradia, assim como

benefícios financeiros não substituem docentes preparados e processos de ensino consistentes. A tese de uma política integrada decorre justamente dessa interdependência. A instituição não pode escolher entre assistência e qualidade pedagógica como se fossem alternativas excludentes: ambas participam da construção das condições necessárias para que estudantes heterogêneos desenvolvam competências e alcancem os objetivos da formação.

Pertencimento, acolhimento e acessibilidade integram o debate de maneira igualmente substantiva. Estudantes precisam reconhecer que seus conhecimentos e experiências podem participar da vida universitária sem sofrer desqualificação por condição econômica, origem territorial ou identidade social. Serviços de acolhimento e canais de enfrentamento de discriminação devem funcionar em conjunto com adaptações necessárias e práticas de comunicação acessível. A instituição deve preservar critérios acadêmicos, mas é responsável por remover barreiras que não pertencem às competências avaliadas. Esse compromisso inclui cuidado com dados pessoais e reconhecimento de que monitoramento indiscriminado pode enfraquecer a confiança nos serviços. A permanência exige ambiente no qual buscar apoio seja possível sem constrangimento.

Os efeitos da transformação digital requerem acompanhamento específico. A expansão da EaD criou possibilidades de formação em novos territórios, ao mesmo tempo que evidenciou diferenças de conectividade, infraestrutura doméstica e acompanhamento tutorial. No ensino presencial, serviços digitais também condicionam matrícula, auxílios e acesso a informações. A adoção de plataformas não deve ser confundida com simplificação efetiva de processos. Recursos tecnológicos precisam ser julgados por sua acessibilidade,

capacidade de resolver demandas e contribuição à aprendizagem. Ferramentas de identificação de risco acadêmico, quando utilizadas, requerem supervisão humana, transparência e possibilidades de contestação, para que a produção de dados não se transforme em classificação determinística de estudantes.

A principal implicação para a gestão universitária é construir políticas com responsabilidades claras, indicadores adequados e abertura à revisão. A matriz analítica apresentada reúne condições materiais, qualidade pedagógica, pertencimento, organização dos percursos e governança, mas não constitui ferramenta validada. Sua utilidade potencial depende de estudos locais e avaliações prospectivas capazes de examinar intervenções específicas, custos, cobertura e resultados. Para o contexto brasileiro, pesquisas longitudinais que acompanhem trajetórias por curso, região e modalidade são particularmente necessárias. A combinação entre informações estatísticas e escuta dos estudantes poderá revelar obstáculos invisíveis em relatórios administrativos e orientar medidas mais proporcionais.

Conclui-se que a democratização substantiva do ensino superior corresponde à criação de condições institucionais e sociais para que o ingresso se converta em oportunidade efetiva de formação. O compromisso não se resume à expansão quantitativa, tampouco depende de uma solução uniforme para universidades diferentes. Exige financiamento responsável, políticas de assistência continuadas, organização acadêmica coerente, ensino de qualidade, participação discente e respeito às singularidades dos percursos. O principal desafio da próxima etapa não é escolher entre ampliar acesso e reduzir evasão, mas construir relações duradouras entre inclusão, aprendizagem e conclusão. Reconhecer essa conexão

permite situar a permanência no centro da política educacional, como responsabilidade compartilhada e condição do direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação. Brasília: Andifes, 6 abr. 2026. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2026/04/06/pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao/. Acesso em: 4 nov. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em: 4 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42&numero=14723&tipo=LEI. Acesso em: 4 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 4 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.169, de 17 de julho de 2025. Altera normas relativas à aplicação de recursos para políticas de assistência estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/atos-normativos/2025/leis. Acesso em: 4 nov. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2024: apresentação de resultados. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 4 nov. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: resultados. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 4 nov. 2026.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima

década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 2, p. 301–315, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 19, n. 3, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641–659, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007.

TINTO, Vincent. Completing College: Rethinking Institutional Action. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

TINTO, Vincent. Through the Eyes of Students. Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice, v. 19, n. 3, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/1521025115621917.

---

[1] Mestrado em Educação – UFMT. Especialização em Filosofia – PUC/SP. Especialização em Educação Especial e Inclusiva: Múltiplas Deficiências – FACSM. Especialização em Tópicos de Filosofia – UNIVAG. Licenciatura em Pedagogia – UCDB. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9131-4416. Lattes: https://lattes.cnpq.br/1294636671096024. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.